



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**N.º 09**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA**

**EM 29 DE ABRIL DE 2020**

# ÍNDICE

<b>PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA</b> .....	<b>3</b>
<b>ORDEM DO DIA</b> .....	<b>19</b>
<b>1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA</b> .....	<b>19</b>
<b>2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES</b> .....	<b>19</b>
<b>3. APROVAÇÃO DE ATAS</b>	
<b>ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2020</b> .....	<b>20</b>
<b>4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:</b> .....	<b>20</b>
<b>4.1 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A FORMAÇÃO DE CONTRATO DE</b> <b>“EMPREITADA DE CONCLUSÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO MIRADOURO</b> <b>AMÁLIA RODRIGUES” – PROC.º N.º I-07/20/CP:</b>	
– <b>RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE PRONÚNCIA</b> <b>SOBRE A SUSPENSÃO E CONSEQUENTE PRORROGAÇÃO DE PRAZO</b> .....	<b>20</b>
<b>4.2 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A FORMAÇÃO DE CONTRATO DE</b> <b>“EMPREITADA DE CONCLUSÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO MIRADOURO</b> <b>AMÁLIA RODRIGUES” – PROC.º N.º I-07/20/CP:</b>	
– <b>RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE PRONÚNCIA</b> <b>SOBRE ERROS/RETIFICAÇÃO PARA CONFORMIDADE DE PEÇAS DE PROCEDIMENTO</b> .....	<b>21</b>
<b>4.3 ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS</b> <b>DE ESCALÃO B DE AÇÃO SOCIAL ESCOLARES</b> .....	<b>22</b>
<b>4.4 ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES DO MUNICÍPIO</b> <b>DE ALCOCHETE – INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA EFEITOS DE SUBMISSÃO E</b> <b>PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS</b> .....	<b>23</b>
<b>5. APOIOS FINANCEIROS</b> .....	<b>24</b>
<b>6. INFORMAÇÕES</b> .....	<b>25</b>
<b>ENCERRAMENTO</b> .....	<b>25</b>

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, por videoconferência, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente informou da iniciativa “Laço Azul”, movimento de carácter nacional que visa a promoção e preservação dos direitos e proteção de crianças e jovens.

No concelho de Alcochete e, em particular na vila de Alcochete, a autarquia está a dar seguimento à divulgação de um conjunto de situações inerentes a este movimento. Assim, na presente data, a CPCJ teve conhecimento que um conjunto de munícipes, através do grupo “Alcochete a Cantar – COVID-19”, iria, por sua livre e espontânea vontade (ao abrigo da deliberação tomada em reunião de câmara sobre “Cantorias”), participar nesta iniciativa, no dia 30 de abril, vestindo de azul e enfeitando as janelas e varandas de azul, nomeadamente na praça dos Flamingos.

A câmara municipal, no sentido de dar seguimento a este movimento, irá realizar (com *drone*), o acompanhamento desta ação, fazendo assim a cobertura da iniciativa, tendo em vista a realização de um vídeo, para posterior envio (em representação do concelho), à Comissão Nacional dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens.

Posteriormente, o senhor presidente informou que o concelho de Alcochete na presente data, regista 14 casos confirmados de infetados por COVID-19 e que os concelhos fronteiriços, nomeadamente, Montijo e Benavente registam respetivamente 46 e 28 casos confirmados.

Ainda relacionado com o COVID-19, informou que esteve envolvido, acompanhado pela senhora Maria de Fátima Soares e juntamente com a senhora delegada de Saúde, uma representante do ACES – Arco Ribeirinho, representantes da Segurança Social, o Serviço Municipal de Proteção Civil, o senhor capitão Ricardo Samouqueiro da G.N.R. acompanhado por mais elementos, Bombeiros Voluntários de Alcochete representados pelo senhor comandante Paulo Vieira, entre outros elementos e com o presidente da Junta de Freguesia do Samouco, numa visita ao Samouco. Apesar de não ser exetável, também se deslocaram ao Pavilhão Municipal de Alcochete, para analisar e verificar as condições existentes nos Pavilhões Municipais do Samouco e Alcochete, onde estão instaladas cerca de 50 camas, todas equipadas com os necessários acolchoados, para que alguém possa pernoitar naqueles espaços devidamente acomodado. Informou também, que foi verificado o espaço do salão de festas da Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense para numa eventualidade, acolher idosos dos lares do concelho de Alcochete que entre regulares e não regulares são em número de oito.

Da análise efetuada, todos os equipamentos têm por via da mobilidade e da higiene pessoal as devidas condições, permitindo assim que, numa situação provisória (entre 24 a 48 horas), possa acolher um conjunto de pessoas infetadas e não infetadas, com a devida separação no espaço.

A unidade hoteleira Al-Foz poderá disponibilizar 32 quartos para os agentes de saúde, agentes de segurança, bombeiros e proteção civil. Assim, juntamente com as 50 camas disponíveis de forma imediata e de mais algumas que também estão preparadas para posicionar em algum outro lugar (caso seja necessário), estão garantidas as condições mínimas exigíveis para que em conforto e sobretudo em segurança, se possa vir a acolher os idosos provenientes dos lares do concelho.

Depois, referiu que há algum tempo a esta parte, andava em conversações com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a questão dos testes ao COVID-19, dado o executivo entender que não devia começar a desenvolver de forma avulsa esses testes, mas sim mostrar a disponibilidade para assegurar a aquisição de testes fidedignos, no seguimento daquilo que o Governo tem vindo a fazer com as entidades parceiras. Junto da AML, também foram efetuadas as *démarches* necessárias para que o concelho de Alcochete e a península de Setúbal, não ficassem esquecidas destes testes, que o Governo já iniciou noutros pontos do país.

Na presente data começou em Palmela com um total de 250 testes. Em Setúbal, durante a semana que decorre, já foram efetuados tantos outros testes e está previsto que em Alcochete os mesmos sejam efetuados no dia 8 de maio. A recolha será realizada pelos técnicos do ACES Arco Ribeirinho de forma presencial nos locais e analisados pelo Hospital Egas Moniz ou pelo Instituto de Medicina Molecular.

O programa de intervenção preventiva em estruturas residenciais para pessoas idosas, tem como objetivo testar os colaboradores e utentes de todas as IPSS e lares residenciais que não tenham identificadas situações de infeção. De momento, nas 8 unidades existentes no concelho, não há vestígios de infetados com este vírus. Para o efeito foram criados critérios por ordem de intervenção, nomeadamente, intervenção nos concelhos com maior número de respostas residenciais de acolhimento, concelhos com maior número de infetados, estruturas com funcionamento de equipas em casulo (permanência residencial, 14 dias seguidos, depois substituída por outra equipa) e estruturas com maior número de utentes e colaboradores.

Informou ainda, que no decorrer da próxima semana, uma equipa composta pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, pela delegada de saúde e por um representante da Segurança Social, irá efetuar uma visita técnica prévia aos respetivos equipamentos para posteriormente serem efetuados os testes. A prioridade, para já, é a realização dos testes aos funcionários, mas atendendo que cada município tem disponíveis 250 testes, estão a ser desenvolvidos esforços junto das entidades

competentes para que também se realizarem aos utentes e funcionários dos lares irregulares.

Por solicitação do senhor presidente, o Eng.<sup>o</sup> João Marques informou que as abordagens a efetuar aos lares se baseiam em duas ações; primeiro serão efetuadas as visitas aos lares designados pela Segurança Social para verificar se estão a ser implementadas e cumpridas todas as condições e medidas de acordo com as orientações da DGS e se assim for, esse lar será validado. Segundo, passar-se-á à segunda ação que consiste na realização dos respetivos testes nos lares validados. O Serviço Municipal de Proteção Civil efetuará o levantamento e posteriormente a entrega dos testes nos organismos designados para a Margem Sul (Hospital Egas Moniz, Faculdade de Ciências e Tecnologia e Instituto de Medicina Molecular) e os técnicos do ACES efetuarão a recolha das amostras nas respetivas instituições.

Posteriormente, o senhor presidente informou que no passado dia 24 de abril, o município se deparou com um problema numa das principais condutas de abastecimento de água a Alcochete e S. Francisco, acabando por causar um transtorno extraordinário a muitas e muitas famílias destas localidades. Durante a madrugada desse dia foi desenvolvida uma intervenção com o objetivo específico de debelar a avaria, mas no decorrer desta intervenção, múltiplas complicações foram surgindo em efeito dominó acabando por afetar o abastecimento em cerca de 100 Km de outras condutas da rede pública, muitas delas com diâmetros diferenciados e numa infraestrutura com mais de 30 anos instalada no subsolo. Em tempos esta infraestrutura encontrava-se à superfície com uma caixa que permitia uma acessibilidade maior, mas aquando da construção da rotunda do Batel essa caixa abateu, ficando completamente soterrada, tornando o seu acesso extremamente difícil, como pode ser evidenciado pelas fotografias que o órgão oficial da câmara publicou, nomeadamente na sua página do *facebook*. São imagens marcantes dos trabalhos desenvolvidos num contexto de enorme precariedade (trabalhar lado a lado com a lama, com a água e soterrados num buraco exíguo, onde o manuseamento do equipamento e do material não foi efetuado da melhor forma e sem ser permitido desenvolver o trabalho com o devido distanciamento social).

Dado este acontecimento imprevisível, súbito e para o qual o município não estava preparado para reagir de uma forma imediata e assertiva para resolução definitiva do problema no momento (até porque no armazém não existia *stock* necessário para reparação do problema), foi decidido resolver e regularizar a situação de forma temporária, para posteriormente, planear e consertar uma operação de reparação total da infraestrutura com a antecedência necessária e num trabalho consertado, bem como, a criação de um novo troço que possa fornecer esta conduta, deixando-se assim de estar exclusivamente dependentes de uma só conduta.

Salientou, que de toda a situação, já tinha tido a oportunidade de dar as devidas explicações aos munícipes, através de uma Carta Aberta. Referiu ainda, que considera repugnantes os comentários efetuados por certas pessoas com responsabilidades políticas acrescidas no concelho sobre esta temática e sobre um problema gigantesco de que não há memória ter acontecido alguma vez no concelho.

Por solicitação do senhor presidente, a Eng.<sup>a</sup> Cristina Caldas confirmou que o problema ocorreu numa das linhas principais de abastecimento tanto à vila de Alcochete, como à freguesia de S. Francisco. Trata-se de uma infraestrutura com mais de 30 anos que nunca tinha revelado este problema. A primeira intervenção, após detetada a avaria, desencadeou todas as outras que entretanto foram identificadas e corrigidas, em 100 Km de conduta que ficaram em vazio e que foi necessário voltar a encher, com todos os riscos de caudal e pressão e de se mexer em válvulas que podem ser uma surpresa (como foi o caso), umas porque são mexidas muitas vezes e outras porque poucas vezes o são.

O senhor vereador Jorge Giro, quanto aos comentários efetuados por pessoas com responsabilidades políticas, referiu que durante muitos anos leu comentários repugnantes de pessoas que hoje exercem funções políticas na Câmara Municipal. Todavia, quanto ao acontecimento, referiu que não tem conhecimento, nem viu qualquer pessoa com responsabilidade política escrever demais sobre o sucedido e considera que as pessoas têm direito à compreensão, mas também direito à reclamação e à indignação.

Posteriormente, solicitou a seguinte informação:

- Se o problema se deveu ao facto de ter havido algum erro técnico de ligação com a nova tubagem à rua do Láparo;
- Se o sistema de válvulas nesta conduta tinha sido alvo de alguma intervenção de manutenção, dado que deve ser efetuado de forma mais ou menos periódica;
- Porque se iniciaram as intervenções de reparação às 05h00, em vez de por exemplo, se iniciarem às 24h00;
- O que está previsto realizar ao nível de investimento na rede de águas e saneamento em 2020 e 2021 e o que já foi realizado.

O senhor presidente referiu que num país onde impera a liberdade de expressão, (há 46 anos que é assim e todos os anos é assinalado), este ano foi de forma particular e diferente, daquilo que foi a luta, do que foram as batalhas travadas pelos nossos antepassados na conquista de um direito essencial, que é a liberdade de expressão. Contudo, quando se fazem analogias, quando se compara, há que comparar aquilo que na realidade é comparável e este acontecimento não é comparável com nenhum outro, pelo menos nos últimos 30 anos.

Cada um é livre de se exprimir, mas aquilo que gostava de ter visto num momento crucial e difícil era que, essas pessoas com responsabilidades políticas acrescidas no concelho, se tivessem solidarizado com aqueles que de facto estavam no terreno em busca das soluções que permitissem a reparação provisória e para que as pessoas ficassem dotadas de água, disponibilizando-se ou aproximando-se do local e verificassem se era necessário alguma coisa.

Em relação aos investimentos na rede águas e saneamento, informou que já foram requalificadas as seguintes redes de águas: do “Miradouro Amália Rodrigues”, das ruas Francisco Diogo e António Maria Cardoso. Salientou que o investimento na intervenção a realizar para se deixar de ter apenas um troço que faça a ligação do reservatório do Batel à conduta principal, para que, em caso de avaria, haja alternativa para não fechar a água a milhares de pessoas. Lembrou também que se trata de um investimento que não foi feito ao longo de 30 anos.



Por solicitação do senhor presidente, a Eng.<sup>a</sup> Cristina Caldas referiu que na rua do Láparo não foi feita nenhuma intervenção relativamente à conduta de abastecimento de água, pelo que, obviamente, também não houve erro técnico associado à referida via.

Quanto ao facto de se poder ter evitado a intervenção com algumas manutenções de válvulas e sistemas, informou que não sabe, porque são avarias, são episódios que podem acontecer mesmo com a manutenção periódica das válvulas, dado que uma delas não funcionou como devia e é uma das que é movimentada e à qual é feita verificação várias vezes ao ano.

Em relação ao início dos trabalhos, informou que o corte de abastecimento de água o mesmo foi previsto para as 05h00 e os trabalhos iniciaram-se assim que foi detetada a avaria, ou seja, no período da tarde do dia 24 abril.

O senhor vereador Jorge Giro recordou que existem muitos trabalhos preparatórios que são efetuados antes do corte de abastecimento de água, trabalhos esses que são executados antes de todos os outros.

O senhor vereador Pedro Lavrado, em relação aos investimentos, referiu que se encontra na fase final a elaboração de projeto para colocação de esgoto na rua Vale Figueira (pretensão dos moradores locais já há muitos anos), assim como, a remodelação da rede de águas, pelo que, quando o projeto estiver concluído, seja dado início ao procedimento concursal.

Seguidamente, questionou a Eng.<sup>a</sup> Cristina Caldas sobre a existência de um estudo que indicava a necessidade de execução de uma conduta que faça a redundância a este sistema, ou seja, que a vila de Alcochete e a freguesia de S. Francisco não estejam dependentes apenas de uma única conduta, existindo uma outra conduta que faça a redundância, que em caso de avaria de uma delas, não seja necessário cortar o abastecimento de água.

A senhora Eng.<sup>a</sup> Cristina Caldas mencionou que há já vários anos que existe a necessidade de realizar o reforço na saída do reservatório às principais distribuidoras, havendo até documentação escrita, nomeadamente um estudo prévio, no sentido de tornar o sistema mais robusto, onde está incluída a construção dessa linha que agora irão desenvolver. Esse estudo, datado de 2011, apresentado à data à senhora Chefe de Divisão, referia não só a necessidade de construção dessa nova linha como a remodelação de outras condutas e a extensão a outros pontos do município, não só Alcochete, mas também a S. Francisco, Samouco e Passil. Algumas obras já foram feitas e outras não, havendo também as que devem ser pensadas de outra forma, porque ao longo dos anos as coisas evoluíram e há necessidade de ir adaptando o estudo.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que foi com muito agrado que fez parte de um executivo que planeou algumas obras de requalificação das redes de abastecimento de água, nomeadamente, “Miradouro Amália Rodrigues”, ruas Francisco Diogo e António Maria Cardoso.

Posteriormente, relativamente ao referido estudo, mencionou que o valor total para remodelação de quase toda a rede de abastecimento de água, ascendia os 7.000.000,00€, pelo que, um investimento deste valor não foi possível realizar, até porque seria intenção do executivo de então, tentar, não na sua totalidade, mas parcialmente imputar o investimento que é agora necessário executar nessa conduta principal ou uma dessas condutas principais, ao construtor que está a construir o empreendimento, situado em frente à Praça de Toiros, dado existir a possibilidade de este novo empreendimento vir a ter problemas de pressão e caudal, se nada for efetuado.

A senhora Eng.<sup>a</sup> Cristina Caldas referiu que existe um estudo, efetuado por uma empresa privada, com o intuito de avaliar as necessidades de aumento de pressão da água em S. Francisco e Alcochete e em sequência, no sentido dessa necessidade, foi efetuado outro estudo/planeamento (realizado por si), o qual referia o investimento necessário e que vai muito mais além desse estudo apresentado pela empresa privada que apenas se limitou a uma área e a um tema. O seu planeamento das

intervenções na rede de abastecimento de água, realizado para Alcochete, S. Francisco, Samouco, Fonte da Senhora e Passil, identifica as zonas, as condutas e as extensões das condutas, diâmetro e os materiais necessários, é que representa os 7.000.000,00€, incluindo também os reservatórios e os furos de captação.

Posteriormente, o senhor vereador Pedro Louro questionou como é que se encontrava a situação de falta de equipamento para os alunos do Agrupamento de Escolas de Alcochete, tendo sugerido a utilização dos PC da Biblioteca Municipal, pelos alunos que deles necessitem.

Depois, questionou se a autarquia reforçou a sua segurança informática, dado ter conhecimento de haver ataques informáticos e, conseqüente registo de roubos diários de dados em servidores.

O senhor vereador Vasco Pinto, relativamente à questão da proteção de dados informáticos, informou que a autarquia tem vindo a acompanhar com natural preocupação a situação e as notícias de ataques informáticos, neste sentido reforçou a segurança informática através da aquisição de novos sistemas de *hardware* e *software* que permitem, não só, o alargamento da resposta dada pelos servidores mas também, que ao nível de segurança permitirá trabalhar de forma diferente da que se tem vindo a realizar. Referiu também, que estão em análise outras propostas, no sentido de se poder agir em conformidade com aquilo que é exigido no momento.

Seguidamente, a senhora vereadora Maria de Fátima Soares informou que o município estabeleceu uma parceria com o Agrupamento de Escolas de Alcochete, no sentido de conhecer os números concretos de alunos que não tinham acesso a equipamentos informáticos e dos que não dispunham de *internet*, mas que tinham possibilidade e meios para adquirir esses equipamentos. Os primeiros números que chegaram por parte do Agrupamento de Escolas foram: alunos do 1.º ciclo (do 1.º ano ao 12.º ano) eram cerca de 200. Destes 200, foi depois realizado um levantamento mais minucioso pelos diretores de turma, junto de cada encarregado de educação, dado que neste número não estava contemplado o número de irmãos e obviamente, um computador dá para 2 ou 3 irmãos, sendo que também alguns

encarregados de educação adquiriram os equipamentos e outros realizaram contrato de fornecimento de *internet*. Depois, dado o Agrupamento de Escolas entender como prioritário no plano de ensino à distância o ensino secundário, o número reduziu substancialmente, tendo assim, o Agrupamento solicitado à autarquia a cedência de 20 computadores portáteis, 10 *routter* e *internet* gratuita para esses alunos durante 3 meses. Os computadores chegarão na próxima semana e serão cedidos aos alunos até ao final do ano letivo.

Salientou que, de acordo com o plano de ensino à distância e a prioridade estabelecida, os únicos alunos que irão ter aulas à distância são os do nível secundário, até porque os alunos do 1.º ano ao 9.º ano, além de estarem contemplados com as aulas através da televisão (RTP Memória), os diretores de turma enviarão os trabalhos a realizar, de 15 em 15 dias. Para quem não tem oportunidade de imprimir as fichas, os professores deixá-las-ão na Escola da Restauração e o Agrupamento de Escolas tratará de as facultar diariamente, sendo que para os alunos das zonas rurais, a distribuição é assegurada pela equipa da autarquia que está a realizar a distribuição de refeições.

Posteriormente, relativamente aos apoios concedidos, informou que os números cresceram substancialmente, sendo que ao nível do apoio social, há duas semanas atrás, havia 43 pessoas e atualmente são 147; para apoio alimentar havia 35 e de momento são 116.

No apoio psicológico o número passou de 7 para 12; o apoio a medicamentos era de 12, passou para 44; o apoio às compras são 24 e apoio de transporte de doentes passou de 2 para 16. Verifica-se assim, que o número de apoios tem crescido grandemente na rede, mas a autarquia tem tido sempre uma resposta para as solicitações, não deixando ficar ninguém para trás.

Informou ainda, que a autarquia também tem trabalhado com os particulares, não só com o banco alimentar de Palmela pelo que deixou um agradecimento sincero ao *Intermaché* que tem cedido muitos bens, assim como a firma Magomar e a Aviludo,

e a todos os cidadãos que de forma anónima têm ajudado neste momento, sendo que fora da rede que era habitual, já se contabilizam 132 famílias na rede social.

O senhor vereador Pedro Louro questionou o senhor presidente se já tinha havido alguma alteração relativamente ao saldo de gerência e se iria haver alguma sessão da Assembleia Municipal de Alcochete, por videoconferência.

O senhor presidente, relativamente à realização da assembleia municipal, referiu que essa questão teria que ser respondida pelo senhor presidente da assembleia municipal, porém, de acordo com as diretrizes que foram emanadas, deverá ser agendado uma assembleia municipal para junho.

Em relação ao saldo de gerência, informou que não foi efetuada nenhuma alteração, dado que não houve essa necessidade, até porque essa questão obedece a critérios que têm que ser aprovados em reunião de câmara. Contudo, a Dr.<sup>a</sup> Cláudia Santos está a tratar desse assunto, para no caso de haver essa necessidade de um momento para o outro, a câmara esteja precavida.

Seguidamente, o senhor presidente apresentou o seguinte Voto de Louvor:

«No final do dia desta sexta-feira (24/04), fomos confrontados com um acontecimento súbito, inesperado e imprevisível que originou uma avaria em cadeia no abastecimento de água como nunca o concelho tinha vivido nas últimas décadas.

Esta adversidade transtornou muitas famílias que se viram privadas deste bem essencial.

Foram 72 horas, praticamente ininterruptas, com muito esforço, muito empenho, uma enorme vontade de servir e um espírito de equipa irrepreensível que envolveu o executivo, presidente da Junta de Freguesia de São Francisco, Serviço Municipal de Protecção Civil, Gabinete de Comunicação e Imagem, Chefe de Divisão, Técnicos, Administrativos e todos os Operacionais que de forma direta ou indireta estiveram até hoje envolvidos nesta gigantesca operação.

A avaria, e as múltiplas complicações que foram surgindo em efeito dominó, ocorreram na conduta principal que abastece de água Alcochete e São Francisco numa extensão de cerca de 100 km de outras condutas da rede pública, muitas delas com diâmetros diferenciados. Trata-se de uma infraestrutura com mais de 30 anos, instalada no subsolo, não só de difícil acesso como também de condições muito exíguas para manuseamento de equipamento e material. De facto, as condições de enorme precaridade face à natureza dos trabalhos, em buracos repletos de lama e água e em condições de extrema adversidade fizeram deste conjunto operacional uns verdadeiros heróis e heroínas.

Desta forma proponho que seja atribuído um voto de louvor com aclamação a todos os profissionais envolvidos nesta ação afetos ao Serviço de Águas e Saneamento da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, ao Serviço Municipal de Protecção Civil, Gabinete de Comunicação e Imagem. Estendo ainda este voto pelo apoio e colaboração prestada ao longo deste período à Guarda Nacional Republicana, aos Bombeiros Voluntários de Alcochete e à Junta de Freguesia de São Francisco.»

Submetido à discussão, o senhor vereador Vasco Pinto endereçou a sua solidariedade ao senhor vereador Pedro Lavrado e à Eng.<sup>a</sup> Cristina Caldas, bem como, uma palavra de apreço a todos os profissionais que de forma excepcional se dedicaram durante as mais de 72 horas para resolução de um problema que todos afetou.

Referiu que, tendo em conta a gravidade da situação e a dimensão deste imprevisto, quem trabalha no setor em causa e sabe perfeitamente aquilo que faz e o que pretende (acima de tudo, fazer o bem a Alcochete e à população do concelho), estará certamente de consciência tranquila. Acredita que ninguém olhou a meios para resolver este problema, pelo que, solicitou que fosse transmitido aos trabalhadores que se privaram dos cuidados necessários, de estar em família e do seu direito ao descanso, este meritório reconhecimento do executivo.

O senhor vereador Jorge Giro mencionou que esta é uma situação invulgar, incomum no concelho e que seria bom poder programar a hora e o dia das ruturas, mas infelizmente isso não é possível. Saliu que a autarquia tem uma equipa que sempre foi excelente, pelo que, o trabalho dos funcionários deve ser reconhecido, não só nas aflições, mas no dia-a-dia, no serviço das águas, assim como, em todos os outros serviços. Os trabalhadores são o principal ativo da Câmara Municipal (como já referiu noutras ocasiões) e é com eles que se pode contar, pelo que, se deve sempre agradecer e reconhecer, considerando o Voto de Louvor merecido e justo.

Espera que situações destas sem serem programadas, não se voltem a repetir e quanto à intervenção que irá existir mais à frente, para melhorar o que hoje existe, lembrou que também foi para isso que os sucessivos executivos que passaram pela câmara municipal, foram fazendo sempre de tudo para melhorar, não só o que está no subsolo, mas também o que existe acima do solo e por isso é que também usa dizer que Alcochete é um projeto inacabado.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares manifestou o seu total apoio e a sua concordância com o Voto de Louvor, salientando que foram dias muitos complicados para todos os que residem nas freguesias de Alcochete e S. Francisco, mas imprevistos acontecem. Saliu que também teve a oportunidade de acompanhar os trabalhos, nomeadamente na sua fase final e apesar de não perceber nada do assunto tecnicamente, considerou que não houve falhas e que as atitudes tomadas foram ponderadas, para além de que a prestação da Eng.<sup>a</sup> Cristina Caldas e das técnicas Eng.<sup>a</sup> Nelea Marcarenco e Eng.<sup>a</sup> Nélia Soares foram fundamentais para que todo o processo corresse bem. Saliu a postura exemplar do senhor presidente que esteve desde o primeiro momento com todos, criando um espírito de união, fortalecendo assim, a equipa. Concorda que este Voto de Louvor seja extensível a todos implicados no processo, bombeiros, G.N.R, Proteção Civil e Gabinete de Comunicação e Imagem, dado que todos eles contribuíram para que no fim tudo ficasse bem, esperando, que a segunda fase dos trabalhos decorra da melhor maneira e que não hajam surpresas, referindo que para si, é um orgulho trabalhar com este executivo e com todos estes profissionais.

O senhor vereador Pedro Louro referiu que o Voto de Louvor é extremamente merecido. Na altura acompanhou os trabalhos, através da pessoa do senhor vereador Pedro Lavrado, tendo-se prontificado para ajudar no que fosse necessário. Considera que agora, é tempo de orçamentar a nova conduta porque se trata de pensar no futuro e (acontecimentos e imprevistos irão sempre haver), mas espera que não haja outro assim. Sente orgulho por ter colaboradores assim, que trabalharam arduamente durante esses dias.

O senhor vereador Pedro Lavrado mencionou que as suas primeiras palavras de agradecimento iriam para a Eng.<sup>a</sup> Cristina Caldas, pela forma como conduziu todo o processo. Era um processo muito difícil, com decisões muito complicadas a tomar em cima da hora e portanto tudo o que pensava sobre ela estava certo, porque, o demonstrou, estando à altura do cargo. Provou que tem conhecimentos e capacidade e que perante esta situação, que se pode chamar de pandemia, soube resolver. Um agradecimento também aos trabalhadores do Setor de Água e Saneamento que foram de uma entrega, abnegação e responsabilidade incríveis, em que momento algum pensaram em desistir e com um espírito de equipa de entre ajuda e união, que deu gosto ver trabalhar. Pensa que para eles, no meio de todo aquele esforço, de toda a angústia, no final de tudo, também foi gratificante, porque certamente também eles sentiram o espírito de missão quase cumprida (dado que ainda não está totalmente concluída) demonstrando que são profissionais de excelência.

O senhor vereador Estêvão Boieiro referiu que não existem alturas boas para estes acontecimentos e que lamentavelmente aconteceu na pior altura (altura de pandemia), mas que já passou e ficou contente pela resolução do problema, desejando que não se repita outro do género.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade e aclamação.

O senhor vereador Estêvão Boieiro apresentou a seguinte proposta de moção:

«A situação que vivemos, com a epidemia por Covid-19, obriga a cuidados redobrados de contenção, implementados ao abrigo do estado de emergência, mas



também impõe especiais deveres ao serviço público de forma que continuem a ser garantidas as respostas básicas às necessidades das populações.

Apesar de muitas empresas e serviços se encontrarem encerrados ou com uma resposta muito limitada, outros têm de manter o seu funcionamento diário, obrigando a que as rotinas oscilatórias de deslocação se mantenham, sendo para tal decisiva uma resposta adequada, regular e fiável do serviço público de transportes.

Foi, pois, com alguma surpresa e apreensão que se conheceu o anúncio dos Transportes Sul do Tejo (TST) de, a coberto das medidas associadas ao combate à pandemia, suspender um conjunto largo de carreiras de acesso à margem Norte, a partir de dia 9 de Abril, particularmente – no que respeita a Alcochete – 431 Montijo/Lisboa, 432 Atalaia/Lisboa, 435 Samouco (via Montijo)/Lisboa e 437 Montijo (via S Francisco)/Lisboa, que rumam a Lisboa (Gare do Oriente).

Segundo a nota enviada pela TST, a rodoviária da Península de Setúbal afirmava ter tido “uma procura de cerca de apenas 10%” durante o mês de março, o que levou à decisão de suspender todas as ligações de e para Lisboa. E explicou que “a decisão de reduzir o serviço para níveis tão baixos assenta no princípio de gestão de manutenção da empresa a níveis financeiros que lhe permitam suportar esta fase tremenda de contenção e preparar-se para os dias que se seguirão”.

Ora, estas ligações não dispõem de alternativas de ligação direta em transporte público, sendo muitos os residentes no concelho que dela necessitam para aceder aos seus postos de trabalho, fundamentais no contexto das medidas de proteção da saúde pública decretadas.

Atualmente, o que existe é um autocarro (412) que faz a primeira viagem de Alcochete para o Cais do Seixalinho às 6h30m efetuando a última viagem às 20h00, em sentido contrário, do Cais do Seixalinho para Alcochete, cumprindo diariamente em horário específico, um total de 14 viagens de ida e volta. Que é, reconhecamos, manifestamente pouco. A alternativa que se coloca para o resto do dia é apanhar o autocarro para o Barreiro, descer no Montijo e aguardar pelo primeiro autocarro que

se dirija para o Cais do Seixalinho ou continuar a viagem até ao Barreiro e aí apanhar o barco para Lisboa.

Importa, também, referir que além do desgaste provocado pelas demasiadas horas de viagem, de espera pelo transporte e desespero pelos atrasos que sempre se verificam, a supressão de carreiras obriga a um maior fluxo de passageiros o que implica que estes não possam cumprir com a distância social recomendada.

Esta posição dos TST, tomada sem qualquer comunicação prévia à Área Metropolitana ou ao município, é ainda mais lamentável por, no atual quadro, as autarquias terem assumido especiais responsabilidades de autoridade em matéria de transportes, inclusive, financiando o sistema, como acontece com os passes sociais.

Não podemos aceitar que a coberto de uma situação de emergência, uma empresa concessionária do transporte de passageiros aproveite para reduzir custos operacionais, invocando uma lógica de oferta e da procura, afastando-se assim dos especiais deveres de serviço público a que está obrigada.

Assim,

A Câmara Municipal de Alcochete reunida em 29 de abril de 2020, delibera:

- Exigir aos TST a reposição imediata das carreiras: 431, 432, 435 e 437 agora cortadas;
- Apelar a que esta empresa concessionária do transporte coletivo de passageiros, no quadro da sua obrigação de serviço público, perceba as especiais responsabilidades que deve assumir no quadro da crise epidemiológica que atravessamos e que não tencione gerir a sua atividade por uma lógica de lucro, mas sim, de resposta à população.

- Intervir junto da Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa para que esta atue no âmbito das suas competências e das competências nela delegadas pelo Município de Alcochete, para a rápida reposição das carreiras agora suprimidas.»

Submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

O senhor vereador Jorge Giro apresentou uma proposta de moção sobre “ Combater o Surto Epidémico, Defender e Proteger os Direitos dos Trabalhadores – Aplicação imediata do subsídio de insularidade, penosidade e risco a todos os trabalhadores dos vários setores e da Administração Pública que exercem funções de risco.”

Submetida à discussão, o senhor presidente propôs e foi aceite, que o documento fosse retirado para apreciação e votação na próxima reunião de câmara.

Seguidamente, o senhor vereador Jorge Giro apresentou um requerimento, anexo à presente ata, como **Doc. 1**.

## **ORDEM DO DIA**

### **1. Resumo diário da tesouraria**

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €8.281.645,68 (oito milhões, duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

### **2. Pagamentos autorizados entre reuniões**

O senhor presidente da câmara informou que, entre os dias entre os 15/04/2020 e 28/04/2020, autorizou o pagamento da despesa no montante de €870.177,00 (oitocentos e setenta mil, cento e setenta e sete euros), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 1145 ao 1282.

A Câmara tomou conhecimento.

### **3. Aprovação de atas**

#### **Ata da reunião ordinária realizada no dia 04 de março de 2020**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

### **4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:**

#### **4.1 Procedimento de Concurso Público para a Formação de Contrato de “Empreitada de conclusão das obras de Requalificação do Miradouro Amália Rodrigues” – proc.º N.º I-07/20/CP:**

- **Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara de Pronúncia sobre a suspensão e consequente prorrogação de prazo**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o proposto pelo júri do supra mencionado procedimento (anexo I), propõe-se para deliberação a ratificação da decisão do senhor presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

- Ratificação da decisão do senhor presidente da Câmara de Pronúncia sobre a suspensão e conseqüente prorrogação do prazo.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 5 votos a favor (3 do PS, 1 do CDS-PP e 1 do PSD) e 2 abstenções da CDU, bem como, anexar o Anexo I, como **Doc. 2**.

#### **4.2 Procedimento de Concurso Público para a Formação de Contrato de “Empreitada de conclusão das obras de Requalificação do Miradouro Amália Rodrigues” – proc.º N.º I-07/20/CP:**

- **Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara de Pronúncia sobre erros/retificação para conformidade de peças de procedimento**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o proposto pelo júri do supra mencionado procedimento (anexo I), propõe-se para deliberação a ratificação da decisão do senhor presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

- Ratificação da decisão do senhor presidente da Câmara de Pronúncia sobre erros/retificação para conformidade de peças de procedimento.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 5 votos a favor (3 do PS, 1 do CDS-PP e 1 do PSD) e 2 abstenções da CDU, bem como, anexar o Anexo I, como **Doc.3**.

#### **4.3 Isenção do pagamento de refeições escolares aos alunos beneficiários de escalão B de Ação Social Escolares**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No seguimento da publicação da Lei 5/2020, de 10 de abril, que vem alterar o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece as medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus — COVID-19 a prestação de apoios alimentares é alargada aos(às) alunos(as) beneficiários de escalão B de ASE (Ação Social Escolar).

No presente ano letivo 39 alunos(as) do ensino pré-escolar e 93 alunos(as) do 1º Ciclo do Ensino Básico beneficiam de escalão B de ASE, num total de 132 alunos(as).

De acordo com o Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, os(as) alunos(as) beneficiários(as) de escalão B de ASE pagam 50% do valor da refeição escolar, isto é, €0,73 (setenta e três cêntimos) por refeição.

Tendo em conta a situação social em que o país se encontra, em consequência do confinamento social, que afetou o rendimento mensal das famílias, bem como o crescente aumento de pedidos de apoio alimentar que chegam à autarquia, serve a presente para propor a isenção do pagamento da refeição escolar aos(às) alunos(as) beneficiários de escalão B de ASE enquanto se mantiver a suspensão das atividades letivas.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

#### **4.4 Alteração ao Regulamento de Transportes Escolares do Município de Alcochete – Início de procedimento para efeitos de submissão e participação dos interessados**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, veio estabelecer, no âmbito do procedimento do regulamento administrativo, o dever de se publicitar o início do procedimento com vista a possibilitar a constituição como interessados e a apresentação de contributos pelos cidadãos no âmbito da elaboração de projetos de regulamentos ou projetos de alteração/revisão de regulamentos.

Nos termos previstos no n.º 1, do artigo 98.º, o início do procedimento é publicado na *internet*, no sítio institucional da entidade pública, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração/alteração do regulamento.

O acesso à educação constitui um pilar fundamental para o progresso e equidade social, pelo que devem ser proporcionadas as condições necessárias para que todas as crianças e jovens em idade escolar frequentem um ensino público de qualidade, independentemente da sua condição social.

Para o efeito, considera-se essencial assegurar o transporte dos alunos cuja distância entre a sua residência e o estabelecimento de ensino de referência exija a deslocação em transportes públicos e/ou percursos complementares de transporte escolar.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro é revogado o Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de setembro, pelo que urge rever o Regulamento de

Transportes Escolares do Município de Alcochete em vigor, tendo em conta as alterações introduzidas, a saber:

Gratuidade do transporte escolar para os(as) alunos(as) da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3Km do estabelecimento de ensino.

Na forma proposta, este Regulamento estabelece as regras de organização e funcionamento do serviço de transportes escolares do município de Alcochete, nos termos das disposições constantes do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, artigo 33.º-1-gg), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril e do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Assim, na sequência do exposto, venho propor que a Câmara Municipal de Alcochete delibere, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 98.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, aprovar o início do procedimento de alteração/revisão do Projeto de Regulamento de Transportes Escolares do Município de Alcochete, para efeitos de participação procedimental de eventuais interessados, a decorrer pelo período de 10 dias, com início após a publicação de aviso no *Site* da Câmara Municipal e afixado nos lugares públicos do costume, devendo as respetivas sugestões ser apresentadas por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Alcochete, a enviar por meio eletrónico ou via postal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

## **5. Apoios financeiros**

Não foram apresentadas propostas.



## **6. Informações**

Não foram apresentadas informações.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **ENCERRAMENTO**

E nada mais havendo a tratar, pelas 20:20 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.